

EXTRATO DA ATA DA 259ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2025.

Horário: 15h40min. **Local:** realizou-se por meio de videoconferência via ferramenta Teams, cujos trabalhos foram coordenados pelo Vice-Presidente de Fiscalização, Técnico em Contabilidade CLAIR MARTINS DA SILVA CRCES 008717/O. **Membros presentes:** Contador CARLOS DARLAN PATIL CRCES 010206/O, Contador JOSE CARLOS BRAVO ALVAREZ JUNIOR CRCES 009809/O, Contador EDIMARCOS LUCHI CRCES 011608/O, Contador EDUARDO TRESENA PORCHERA CRCES 021302/O, Contadora PAULA ANTONELA VIEIRA PINTO CRCES 010894/O, Contador MAURILIO CORREIA SANTANA CRCES 009013/O, contando ainda com a presença do Coordenador de Fiscalização, Contador RODRIGO DOS SANTOS SANZ CRCES 015500/O, que secretariou a reunião. **Ausências Justificadas:** Contador BRENO MAMARI PESSOA CRCES 015212/O, Contadora TAMARA SILVA DAIELLO CRCES 017002/O, Contadora TAMIRES ENDRINGER DEPES CRCES 018389/O, Contador RONEY GUIMARAES PEREIRA CRCES 006049/O e o Contador KLAUS XAVIER DE OLIVEIRA CRCES 011491/O. I Na ordem do dia, foram julgados os seguintes processos: **De relato do Conselheiro CARLOS DARLAN PATIL. Número do processo: U-2025/000068 - Fato único:** Organização constituída para explorar atividades contábeis, sem registro cadastral no CRCES, o que identificamos por meio do não atendimento as notificações 2024/000222 e 2025/000086. **Enquadramento:** Organização: art. 15 do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e com o art. 1º da Res. CFC n.º 1.708/2023. **Decisão:** **Parecer do Conselheiro Relator no sentido de aplicar MULTA mínima no valor de R\$ 1.174,00 (Um mil cento e setenta e quatro reais), com base legal prevista na alínea "b" do art. 27 do DL 9.295/46, com art. 56 e 57, da Res. CFC 1.603/2020 e com a Res. CFC 1.744/2024.** Aprovado por unanimidade. De relato do Conselheiro CLAIR MARTINS DA SILVA. **Número do processo: U-2025/000022 - Fato único:** Responder pela exploração de atividades privativas de profissional da contabilidade, sem possuir registro profissional, ao participar como sócio da organização contábil, o que identificamos por meio do não atendimento a notificação 2025/000009. **Enquadramento:** Art. 12 e 20 do DL n.º 9.295/1946, c/c Súmula 13 do CFC, c/c o art. 1º, parágrafo único da Res. CFC n.º 1.707/2023. **Decisão:** **Parecer do Conselheiro Relator no sentido de ARQUIVAR o processo com base no art. 44, I, da Resolução CFC nº 1.603/2020.** Aprovado por unanimidade. **Número do processo: U-2025/000024 - Fato único:** Organização constituída para explorar atividades contábeis, sem registro cadastral no CRCES, o que identificamos por meio do não atendimento a notificação 2025/000009. **Enquadramento:** Organização: art. 15 do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e com o art. 1º da Res. CFC n.º 1.708/2023. **Decisão:** **Parecer do Conselheiro Relator no sentido de ARQUIVAR o processo com base no art. 44, I, da Resolução CFC nº 1.603/2020.** Aprovado por unanimidade. **Número do Processo: U-2025/000041 - Fato único:** Responder pela exploração de atividades privativas de profissional da contabilidade, sem possuir registro profissional, ao participar como sócio da organização contábil, o que identificamos por meio do não atendimento a notificação 2025/000005. **Enquadramento:** Art. 12 e 20 do DL n.º 9.295/1946, c/c Súmula 13 do CFC, c/c o art. 1º, parágrafo único da Res. CFC n.º

1.707/2023. **Decisão:** **ADIAMENTO DE JULGAMENTO. Prazo concedido pela Câmara de Ética e Disciplina, a pedido do Conselheiro Relator.** Aprovado por unanimidade. **Número do processo:** U-2025/000042 - **Fato único:** Organização constituída para explorar atividades contábeis, sem registro cadastral no CRCES, o que identificamos por meio do não atendimento a notificação 2025/000005. **Enquadramento:** Organização: art. 15 do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e com o art. 1º da Res. CFC n.º 1.708/2023.

Decisão: **ADIAMENTO DE JULGAMENTO. Prazo concedido pela Câmara de Ética e Disciplina, a pedido do Conselheiro Relator.** Aprovado por unanimidade. **Número do processo:** U-2025/000050 - **Fato único:** Organização constituída para explorar atividades contábeis, sem registro cadastral no CRCES, o que identificamos por meio do não atendimento a notificação 2025/000017. **Enquadramento:** Organização: art. 15 do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e com o art. 1º da Res. CFC n.º 1.708/2023.

Decisão: **Parecer do Conselheiro Relator no sentido de ARQUIVAR o processo com base no art. 44, I, da Resolução CFC nº 1.603/2020.** Aprovado por unanimidade. **Número do processo :** U-2025/000057 - **Fato único:** Organização constituída para explorar atividades privativas de contadores, sem registro cadastral no CRCES, o que identificamos por meio do código na Classificação Nacional Atividade Econômica (CNAE) sob nº 6920-6/01 e o não atendimento a notificação 2025/000046. **Enquadramento:** Organização: art. 15 do DL n.º 9.295/1946, c/c com Lei n.º 6.839/1980, e com art. 1º da Res. CFC n.º 1.708/2023.

Decisão: **ADIAMENTO DE JULGAMENTO. Prazo concedido pela Câmara de Ética e Disciplina, a pedido do Conselheiro Relator.** Aprovado por unanimidade. **Número do processo:** U-2025/000066 - **Fato único:** Organização constituída para explorar atividades contábeis, sem registro cadastral no CRCES, o que identificamos por meio do código na Classificação Nacional Atividade Econômica (CNAE) sob nº 6920-6/01 e o não atendimento a notificação 2025/000045. **Enquadramento:** Organização: art. 15 do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e com o art. 1º da Res. CFC n.º 1.708/2023.

Decisão: **ADIAMENTO DE JULGAMENTO. Prazo concedido pela Câmara de Ética e Disciplina, a pedido do Conselheiro Relator.** Aprovado por unanimidade. **Número do processo:** U-2025/000072 - **Fato único:** Organização Contábil constituída para explorar atividades contábeis, sem registro cadastral no CRCES, o que identificamos por meio do não atendimento a notificação 2025/000062. **Enquadramento:** Organização: art. 15 do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e com o art. 1º da Res. CFC n.º 1.708/2023.

Decisão: **ADIAMENTO DE JULGAMENTO. Prazo concedido pela Câmara de Ética e Disciplina, a pedido do Conselheiro Relator.** Aprovado por unanimidade. **De relato do Conselheiro EDIMARCOS LUCHI.** **Número do Processo:** U-2025/000004 - **Fato único:** Exercer atividade privativa de profissional da contabilidade, no órgão público, sem possuir o registro profissional neste CRCES o que identificamos por meio da Comunicação de Irregularidade protocolada sob nº 2024/000369 em 18/09/2024 e em consulta ao Portal de Transparência da Câmara Municipal de Cariacica. **Enquadramento:** Art. 12 e 20 do DL n.º 9.295/1946, c/c Súmula 13 do CFC, c/c o art. 1º, parágrafo único da Res. CFC n.º 1.707/2023. **Decisão:** **Parecer do Conselheiro Relator no sentido de aplicar penalidade de MULTA de 01 (uma) anuidade, no valor de R\$ 587,00 (quinhentos e oitenta e sete reais), com base legal prevista na alínea "a" do art. 27 do DL 9.295/46, c/c art. 56 I "a" e art. 57 da Res. CFC 1.603/20 e com a Res. 1.744/2024, que dispõe sobre os valores das multas aplicadas pelo CRC/ES no exercício 2025, e ainda, em atenção ao disposto na Súmula nº 13, do Conselho Federal de Contabilidade, submete para representação à**

87 **autoridade competente para fins de apuração de infração ao artigo 47, da Lei nº**
88 **3.688/41. Aprovado por unanimidade. Número do processo: U-2025/000005 - Fato único:**
89 **Exercer atividade privativa de profissional da contabilidade no órgão público, sem possuir**
90 **o registro profissional neste CRCES o que identificamos por meio da Comunicação de**
91 **Irregularidade protocolada sob nº 2024/000369 em 18/09/2024 e em consulta ao Portal**
92 **de Transparência da Câmara Municipal de Cariacica. Enquadramento:** Art. 12 e 20 do DL
93 **n.º 9.295/1946, c/c Súmula 13 do CFC, c/c o art. 1º, parágrafo único da Res. CFC n.º**
94 **1.707/2023. Decisão: Parecer do Conselheiro Relator no sentido de aplicar penalidade**
95 **de MULTA de 01 (uma) anuidade, no valor de R\$ 587,00 (quinhentos e oitenta e sete**
96 **reais), com base legal prevista na alínea "a" do art. 27 do DL 9.295/46, c/c art. 56 I "a" e**
97 **art. 57 da Res. CFC 1.603/20 e com a Res. 1.744/2024, que dispõe sobre os valores das**
98 **multas aplicadas pelo CRC/ES no exercício 2025. E ainda, atento ao disposto na Súmula**
99 **nº 13, do Conselho Federal de Contabilidade, submete para representação à autoridade**
100 **competente para fins de apuração de infração ao artigo 47, da Lei nº 3.688/41.**
101 **Aprovado por unanimidade. Número do processo: U-2025/000006 - Fato único:** Exercer
102 **atividade privativa de profissional da contabilidade no órgão público, sem possuir o**
103 **registro profissional neste CRCES o que identificamos por meio da Comunicação de**
104 **Irregularidade protocolada sob nº 2024/000369 em 18/09/2024 e em consulta ao Portal**
105 **de Transparência da Câmara Municipal de Cariacica. Enquadramento:** Art. 12 e 20 do DL
106 **n.º 9.295/1946, c/c Súmula 13 do CFC, c/c o art. 1º, parágrafo único da Res. CFC n.º**
107 **1.707/2023. Decisão: Parecer do Conselheiro Relator no sentido de aplicar penalidade**
108 **de MULTA de 01 (uma) anuidade, no valor de R\$ 587,00 (quinhentos e oitenta e sete**
109 **reais), com base legal prevista na alínea "a" do art. 27 do DL 9.295/46, c/c art. 56 I "a" e**
110 **art. 57 da Res. CFC 1.603/20 e com a Res. 1.744/2024, que dispõe sobre os valores das**
111 **multas aplicadas pelo CRC/ES no exercício 2025. E ainda, atento ao disposto na Súmula**
112 **nº 13, do Conselho Federal de Contabilidade, submete para representação à autoridade**
113 **competente para fins de apuração de infração ao artigo 47, da Lei nº 3.688/41.**
114 **Aprovado por unanimidade. De relato do Conselheiro EDUARDO TRESENA PORCHERA.**
115 **Número do Processo: U-2025/000054 - Fato 01:** Exercer atividade privativa de
116 **profissional da contabilidade organização contábil, sem possuir o registro profissional**
117 **neste CRCES o que identificamos por meio da Denúncia 2025/000036 e atendimento a**
118 **notificação 2025/000090. Enquadramento:** Art. 12 e 20 do DL n.º 9.295/1946, c/c Súmula
119 **13 do CFC, c/c o art. 1º, parágrafo único da Res. CFC n.º 1.707/2023. Fato 02:** Responder
120 **pela exploração de atividades privativas de profissional da contabilidade, sem possuir**
121 **registro profissional, ao participar como sócio da organização contábil, o que**
122 **identificamos por meio da Denúncia 2025/000036 e atendimento a notificação**
123 **2025/000090. Enquadramento:** Art. 12 e 20 do DL n.º 9.295/1946, c/c Súmula 13 do CFC,
124 **c/c o art. 1º, parágrafo único da Res. CFC n.º 1.707/2023. Decisão: Parecer do Conselheiro**
125 **Relator no sentido de aplicar penalidade de MULTA, para o fato 1, no valor de R\$**
126 **587,00, com base legal prevista no artigo 27, alínea "b" do Decreto-lei 9.295/46, c/c**
127 **artigo 56, inciso I, alínea "a", e artigo 57 da Resolução CFC 1.603/20 e Resolução CFC**
128 **1.744/2024, c/c Súmula 13 do CFC, c/c o art. 1º, parágrafo único da Res. CFC n.º**
129 **1.707/2023. MULTA, para o fato 02, no valor de R\$ 587,00, com base legal prevista no**
130 **artigo 27, alínea "b" do Decreto-lei 9.295/46, c/c artigo 56, inciso I, alínea "a", e artigo**
131 **57 da Resolução CFC 1.603/20 e Resolução CFC 1.744/2024, c/c Súmula 13 do CFC, c/c o**
132 **art. 1º, parágrafo único da Res. CFC n.º 1.707/2023. As penas disciplinares, referente**

aos fatos 1 e 2, perfazem o valor total de R\$ 1.174,00 (um mil, cento e setenta e quatro reais). E pelo disposto na Súmula nº 13, do Conselho Federal de Contabilidade, submete para representação à autoridade competente para fins de apuração de infração ao artigo 47, da Lei nº 3.688/41. Aprovado por unanimidade. **Número do processo: U-2025/000055 - Fato único:** Organização: art. 15 do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e com o art. 1º da Res. CFC n.º 1.708/2023. Organização constituída para explorar atividades contábeis, sem registro cadastral no CRCES, o que identificamos por meio da Denúncia 2025/000036 e atendimento a notificação 2025/000090. **Enquadramento:** Organização: art. 15 do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e com o art. 1º da Res. CFC n.º 1.708/2023. **Decisão: Parecer do Conselheiro Relator no sentido de aplicar penalidade MULTA de 2 (duas) anuidades no valor de R\$ 587,00 (quinhentos e oitenta e sete reais), perfazendo o valor total de R\$ 1.174,00, com base legal prevista no artigo 27, alínea "b" do Decreto-lei 9.295/46, c/c artigo 56, inciso I, alínea "a", e artigo 57 da Resolução CFC 1.603/20 e Resolução CFC 1.744/2024.** Aprovado por unanimidade. **De relato do Conselheiro JOSE CARLOS BRAVO ALVAREZ JUNIOR.** **Número do processo: U-2025/000048 - Fato único:** Organização constituída para explorar atividades contábeis, sem registro cadastral no CRCES, o que identificamos por meio do não atendimento a notificação 2025/000015. - Organização: art. 15 do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e com o art. 1º da Res. CFC n.º 1.708/2023. **Decisão: Parecer do Conselheiro Relator no sentido de aplicar penalidade de MULTA, em grau mínimo, correspondente a 2 (duas) anuidades no valor de 587,00 (quinhentos e oitenta e sete reais) cada uma, perfazendo um valor total de R\$ 1.174,00 (um mil, cento e setenta e quatro reais), com base legal prevista na alínea "b" do art. 27 do DL n.º 9.295/1946, com arts. 56 e 57, da Res. CFC n.º 1.603/2020, e com a Res. CFC de multas, taxas e anuidades vigentes.** Aprovado por unanimidade. **De relato do Conselheiro RONEY GUIMARAES PEREIRA.** **Número do processo : U-2024/000202 - Fato único:** Organização constituída para explorar atividades contábeis, sem registro cadastral no CRCES, na Organização Contábil e falta de estruturação legal, mesmo a Organização não possuir CNAE específico de contabilidade, em análise ficam evidenciados à prática contábil nessa Organização "identificada" na Receita Federal com CNAE CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo, ludibriando essa fiscalização, uma vez que nas redes sociais "Instagram" é identificada como uma Organização Contábil e no nome fantasia registrada na Receita Federal também consta a identificação: TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA), o que identificamos por meio ao não atendimento Notificação CRCES nº2024/000282. **Enquadramento:** Organização: art. 15 do DL n.º 9.295/1946, c/c com Lei n.º 6.839/1980, e com art. 1º da Res. CFC n.º 1.708/2023. **Decisão: Adiamento de julgamento. Adiamento por ausência justificada.** Aprovado por unanimidade. **Número do processo: U-2025/000046 - Fato único:** Organização constituída para explorar atividades contábeis, sem registro cadastral no CRCES, o que identificamos por meio do não atendimento a notificação 2025/000013. **Enquadramento:** Organização: art. 15 do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e com o art. 1º da Res. CFC n.º 1.708/2023. **Decisão: Adiamento de julgamento. Adiamento por ausência justificada.** Aprovado por unanimidade. **De relato da Conselheira Relatora TAMARA SILVA DAIELLO.** **Número do Processo: U-2025/000010 - Fato único:** Organização constituída para explorar atividades contábeis, sem registro

179 cadastral no CRCES, o que identificamos por meio do não atendimento a notificação
180 2024/000209. **Enquadramento:** Organização: art. 15 do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei
181 n.º 6.839/1980 e com o art. 1º da Res. CFC n.º 1.708/2023. **Decisão:** **Parecer da**
182 **Conselheira Relatora no sentido de aplicar penalidade de MULTA de 2 (duas) anuidades,**
183 **cada anuidade representa o valor de R\$ 587,00 (quinhentos e oitenta e sete reais),**
184 **totalizando R\$ 1.174,00 (um mil, cento e setenta e quatro reais), por responder pela**
185 **parte técnica e manter Organização Contábil sem registro cadastral no CRC-ES, tendo**
186 **como base legal aquela prevista no artigo 27, alínea "b", do Decreto-lei 9295/46, cc Art.**
187 **56 Inciso I alínea "a" e Art. 57 Parágrafo 1º Inciso I da Resolução 1.603/2020 e**
188 **Resolução CFC 1744/24. Aprovado por unanimidade. Número do processo: U-**
189 **2025/000028 - Fato único:** Organização constituída para explorar atividades contábeis,
190 sem registro cadastral no CRCES, o que identificamos por meio do não atendimento a
191 notificação 2025/000016. **Enquadramento:** Organização: art. 15 do DL n.º 9.295/1946, c/c
192 com a Lei n.º 6.839/1980 e com o art. 1º da Res. CFC n.º 1.708/2023. **Decisão:** **Parecer da**
193 **Conselheira Relatora no sentido de aplicar penalidade de MULTA de 3 (três) anuidades,**
194 **cada anuidade representa o valor de R\$ 587,00 (quinhentos e oitenta e sete reais),**
195 **totalizando R\$ 1761,00 (um mil setecentos e sessenta e um reais), por responder pela**
196 **parte técnica e manter Organização Contábil sem registro cadastral no CRC-ES, tendo**
197 **como base legal aquela prevista no artigo 27, alínea "b", do Decreto-lei 9295/46, cc Art.**
198 **56 Inciso I alínea "a" e Art. 57 Parágrafo 1º Inciso I da Resolução 1.603/2020, e**
199 **Resolução CFC 1744/24. Aprovado por unanimidade. De relato da Conselheira TAMIRES**
200 **ENDRINGER DEPES. Número do processo: U-2023/000269 - Fato único:** Explorar
201 atividades contábeis sem registro cadastral no CRCES e falta de estruturação legal da
202 Organização Contábil, o que identificamos por meio do não atendimento à Notificação
203 CRCES nº2023/000111. **Enquadramento:** Organização: Art.15 do DL 9.295/46, c/c com Lei
204 6.839/80 e com Arts. 1º e Art. 3º, incisos I e II CFC 1.555/18. **Decisão:** **Adiamento de**
205 **juízo. Adiamento por ausência justificada.** Aprovado por unanimidade. Foram
206 levados a julgamento, em grau de defesa, 12 (doze) processos com as seguintes decisões
207 para homologação: 03 (três) arquivamentos e 09 (nove) aplicações de penalidade. -
208 ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16h20min. A
209 presente Ata foi lavrada por mim, Amanda Dessaune Ruas Darós, Assistente
210 Administrativo do Setor de Fiscalização, e, depois de lida e aprovada, será subscrita pelo
211 presidente e pelos demais Conselheiros presentes na reunião.

Referendada na Plenária de 21/08/2025.